

Originalmente para: IV Congresso Internacional de Língua, Cultura e Literaturas Lusófonas: Galiza, Portugal, Brasil, Palop, Timor (em homenagem a Azevedo Ferreira, Houaiss e Marinho del Valle), que decorreu entre 13 e 15 de Setembro de 2000, na Universidade de Santiago de Compostela.

Ler ou não ler – eis a questão!

Reflexões sobre a leitura em Portugal na viragem do século

Maria José Alves Veiga*

RESUMO

O *Salon du Livre 2000*, em Paris, destaca a apresentação do livro electrónico (*e-book*), incontornável indício de que muitos dos leitores verão alguns dos seus hábitos alterados num futuro não muito distante. Este será um dos percursos de reflexão sobre muitas das questões em torno da temática da leitura no ano em que esta é celebrada a nível nacional.

O enfoque do presente artigo centrar-se-á na análise de um estudo encomendado pela APEL (Associação Portuguesa de Editores e Livreiros) sobre as práticas de leitura levadas a cabo pelo público português.

Assim, natureza conteudística deste artigo encontra-se subdividida em quatro partes:

- I. Ler não é apenas uma actividade de leitura;*
- II. Benefícios da leitura;*
- III. O que lêem os portugueses na viragem do século;*
- IV. Livros e leitores – que futuro?*

Em termos genéricos, a ideia fulcral que ressalta deste estudo é justamente a de que a *leitura*, na sua pluralidade e complexidade, enriquece o sujeito leitor em todas as suas dimensões, independentemente do suporte (escrito ou digital) seleccionado.

Introdução

Celebra-se este ano em Portugal o “Ano Nacional do Livro e da Leitura”. Talvez por este motivo se justifique aflorar, no presente artigo, algumas reflexões sobre as práticas de leitura, os benefícios que dela decorrem e a eventual crise com que se deparam os leitores portugueses e os livros na viragem do século.

*Universidade de Aveiro | mveiga@ua.pt

I. Ler não é apenas uma actividade de leitura

Apesar de a criança iniciar espontaneamente a fala a partir do primeiro ano de vida, a capacidade de leitura (e de escrita) será normalmente desenvolvida – isto é em sociedades letradas – de modo menos informal, entre quatro a seis anos mais tarde. Situando-se numa perspectiva cognitiva, São Luís Castro (*in* Raquel-Delgado Martins *et al.*, 2000: 136) afirma que o acto de ler “implica converter um sinal gráfico numa representação linguística fonológica, em que o ponto de partida é puramente arbitrário”. Acrescenta a mesma autora que tal conversão “exige um conjunto complexo de operações mentais” (p.136), nas quais o sujeito faz o reconhecimento do léxico ortográfico e do léxico fonológico que, por sua vez, compõem o léxico mental (ou o conhecimento que temos das palavras).

No entanto, não podemos nem devemos esquecer que o acto de ler *per se* não corresponde à compreensão daquilo que é lido. Por este motivo, caberá ao educador dotar o leitor de instrumentos que lhe permitam aceder ao sentido das palavras que compõem as frases ou os textos. Torna-se imperativo ensinar a ler.

“Ler” é, na minha opinião, uma *actividade plural e complexa*. Trata-se de uma actividade plural e complexa porque envolvente de uma multiplicidade de mecanismos neurobiológicos¹ e neuropsicológicos que concorrem para a descodificação, para a compreensão de mensagens, permitindo ao sujeito uma melhor inserção no mundo intelectual na sociedade considerada civilizada². Portanto, “ler” não constitui um processo passivo já que envolve, para além da compreensão literal do texto, a sua interpretação e, não raro, a interacção do leitor com o que é lido que, por sua vez, se traduz na argumentação e no diálogo com outros textos e /ou vivências do sujeito.

José Afonso Furtado (2000: 189)³ diz-nos que em primeiro lugar, “ler é uma técnica de descodificação” e que por este motivo pressupõe uma aprendizagem, sujeita a variações ao longo dos séculos. “Em segundo lugar, ler é uma prática social” (p. 189)⁴, um instrumento dos poderes social e político. “Em terceiro lugar, ler é uma forma de gestualidade” (p. 190), na medida em que se associa a uma determinada postura física do leitor. “Em quarto lugar, ler é uma forma de sabedoria (...)” (p. 190), pois é uma via de enriquecimento intelectual. “Em quinto lugar, ler é um método e então ler quer dizer «*ler bem*» (p. 190). Enquanto método, “ler” é uma actividade intelectual, organizadora

¹ De facto, Alexandre Castro-Caldas e Alexandra Reis (*in* Raquel-Delgado Martins *et al.*, 2000: 178) dão-nos conta de vários estudos realizados com letrados e alfabetos através dos quais se tem concluído que há “diferenças importantes nos padrões de activação cerebral nos dois grupos”. Além disso, em quase todas as provas relacionadas com o conhecimento da leitura e da escrita os analfabetos revelaram um desempenho inferior em provas neuropsicológicas em relação ao grupo de letrados (p.172-180).

² Alexandre Castro-Caldas e Alexandra Reis (*in* Raquel-Delgado Martins *et al.*, 2000: 155) referem que ser-se alfabeto ou revelar dificuldades de aprendizagem escolar, na sociedade considerada civilizada, revestem-se de conotações negativas, provocam recolhimento intelectual e propiciam o ostracismo. Na sociedade moderna, poderão considerar-se igualmente iletrados os indivíduos que não praticam a leitura.

³ Furtado, José Afonso. 2000. *Os Livros e as Leituras: Novas Ecologias da Informação*. Lisboa: Livros e Leituras, Lda.

⁴ A este propósito, Alberto Manguel ((1996) 1998: 220) assevera: “A associação entre os livros e os seus leitores não se assemelha a nenhuma outra existente entre um objecto e o seu utilizador. Ferramentas, mobiliário, roupa – tudo tem uma função simbólica, mas os livros impõem aos seus leitores um simbolismo muito mais complexo que o de um simples utensílio. A mera posse de livros implica uma certa condição social e uma certa riqueza intelectual; (...). O poder simbólico do livro é tal que a sua presença ou ausência podem, aos olhos do observador, conceder ou retirar poder intelectual a uma personagem”. Manguel, Alberto. (1996) 1998. *Uma História da Leitura*. (Trad. Saldanha, Ana). Lisboa: Editorial Presença.

do saber adquirido por meio da leitura. Para finalizar, José Afonso Furtado define “ler” como “uma actividade voluntária”. Neste ponto, permito-me discordar do autor. Para este efeito, são tomados por base os resultados do estudo encomendado pela APEL (Associação Portuguesa de Editores e Livreiros)⁵, em 1999, no qual se revela que, apesar de 86% da população leitora ler livros por gosto, 56% dos entrevistados não lêem livros.

Impõe-se, inevitavelmente, uma questão: “como sensibilizar para leitura, seja ela recreativa, de informação, de formação ou de autopromoção?”. Tentar-se-á apresentar algumas propostas no decorrer desta reflexão, pelo que se considera relevante iniciar a discussão com uma menção aos contributos da aquisição de hábitos de leitura.

II. Benefícios da leitura

São Luís Castro (*in* Raquel-Delgado Martins et al., 2000: 141) apresenta dados que permitem adivinhar algumas das vantagens do recurso à leitura frequente: o leitor hábil “reconhece uma palavra escrita em cerca de 300 milésimos do segundo (...), consegue ler 200 a 400 palavras por minuto, o que equivale a cerca de 6 sílabas por segundo”. Por conseguinte, “[A] leitura impõe-se ao leitor hábil como o reconhecimento de fala se impõe ao falante normal” (p. 141). À semelhança do que acontece com o desenvolvimento e aperfeiçoamento da fala, e para que a leitura apresente um carácter cada vez mais rápido, mais automático, mais espontâneo e mais eficaz dever-se-á proporcionar a prática repetida.

Como foi objecto de anterior enfoque – e nunca é de mais repeti-lo –, saber ler implica saber compreender. Saber compreender, ou seja, ser capaz de negociar sentidos dentro de uma vasta rede semântica, implica uma aprendizagem formal, cuidada e motivante. Daí que seja também vantajoso referir alguns dos benefícios de que o sujeito leitor poderá vir a usufruir.⁶

Em termos psico-cognitivos, a leitura incrementa as capacidades de percepção, de concentração, de aquisição, de inferência e de interpretação de significados. No seu conjunto, estes factores promovem o crescimento da autonomia, do autoconhecimento, da autoconfiança e do espírito crítico do sujeito na medida em que este acede a instrumentos facilitadores de um melhor poder de argumentação, esperando-se que esta seja, concomitantemente, mais construtiva e positiva.

O desenvolvimento de hábitos de leitura proporciona um enorme enriquecimento linguístico, na medida em que o indivíduo se confronta com a exposição a registos de língua diversificados, que lhe permitirão não só o alargamento de estruturas vocabulares e sintácticas, mas que também estimularão a reflexão metalinguística e a produção textual.

⁵ Mais adiante, no ponto III, apresentar-se-ão e discutir-se-ão, mais pormenorizadamente, alguns dos resultados do estudo sobre os hábitos de leitura em Portugal Continental.
<http://www.apel.pt/livro/habitos1999/habitos.htm> (pp. 1-13).

⁶ Alguns dos benefícios da prática da leitura, que a seguir se descrevem, atinentes aos processos de desenvolvimento psico-cognitivo, sociocultural e da competência linguística foram ventilados em *Abordagens práticas do texto literário em aulas de Língua Estrangeira* (Veiga, Maria José, no prelo).

A leitura poderá ser igualmente responsável pelo desenvolvimento sociocultural do sujeito devido a um alargamento dos horizontes culturais e do contacto com novas referências, com outros valores, sentimentos e tradições. Assim, as percepções que o leitor tem de si próprio e do mundo serão alargadas e contextualizadas de forma mais sistematizada. A estas vertentes acresce ainda o facto de a leitura concorrer, de igual modo, para o apuramento dos sentidos do indivíduo, nomeadamente, promovendo a formação de uma sensibilidade estética, suscitando no leitor uma apetência para a leitura recreativa.

Para além das relações que se possam estabelecer entre leitor/texto, o acto de ler poderá constituir um relevante veículo de preservação literária⁷/cultural.

III. O que lêem os portugueses na viragem do século

O estudo *A literacia em Portugal* (Benavente, Rosa Costa e Ávila, 1996), coordenado por Ana Benavente, inspirado em estudos sobre a literacia nos E. U. A. e no Canadá em 1984 e em 1989, respectivamente, veio denunciar um novo tipo de analfabetismo funcional (não obstante o nível de escolaridade do indivíduo): a incapacidade de desempenhar tarefas que impliquem a leitura, a escrita e o cálculo face às novas exigências socioprofissionais e até pessoais. Para diminuir os efeitos deste tipo de analfabetismo, será conveniente que os educadores (pais e professores) estejam atentos ao tipo de material de leitura que proporcionam aos seus educandos.

As aceleradas e radicais mudanças ao nível das novas tecnologias da comunicação e da informação exigem também uma rápida reflexão e, muito provavelmente, uma mudança radical na forma como percebemos as necessidades de leitura durante o processo de escolarização básica. Deste modo, torna-se premente um contacto mais pausado com uma miríade de textos. Significa isto que, ao concluir a escolaridade básica, o sujeito aprendiz revelará capacidades de compreensão de vários tipos de texto (: textos literários – em prosa, em verso – e textos não literários – artigos de jornais e de revistas, relatórios, legislação, textos de manuais das diversas disciplinas, banda desenhada, documentos burocráticos, formulários, gráficos, tabelas, mapas...), independentemente do suporte (papel ou ecrã de televisão/computador) que os veicula. Estas medidas apontam para uma melhoria substancial da qualidade de vida do sujeito, todavia deixam transparecer a satisfação de uma necessidade, primordialmente, socioprofissional em detrimento de uma necessidade intrinsecamente individual, pessoal.

⁷ A memória literária a que se alude nada tem em comum com aquela descrita por Ray Bradbury (1920-) em *Fahrenheit 451* (1953), em que tanto a leitura como os livros são ilegais e para os preservar há pessoas que os decoram e os recitam.

Na obra *Nineteen Eighty-Four* (1949) George Orwell dá-nos a conhecer uma nova língua – “Newspeak” – que serve os propósitos da ditadura instaurada no mundo ficcional que constrói. Basicamente, a intenção primeira da “Newspeak” é a redução gradual dos vocábulos com vista a restringir a capacidade de pensamento e da consequente expressão desse pensamento. Assim justificava o sistema “Ingsoc” a constante tradução dos clássicos para uma língua mais actual, isto é, mais simplificada.

Manguel ((1996) 1998: 288) faz referência aos “[L]eitores autoritários que impedem outros de aprender a ler, leitores fanáticos que decidem o que pode e não pode ser lido, leitores estóicos que se recusam a ler por prazer e exigem apenas a narração dos factos que eles próprios consideram verdadeiros: todos estes leitores tentam limitar os poderes vastos e variados do leitor.”

Esta consideração remete para uma antiga questão: como fomentar no sujeito a apetência para criar hábitos de leitura? Se atentarmos nos dados de um estudo encomendado pela APEL (Associação Portuguesa de Editores e Livreiros)⁸, em 1999 com o propósito de conhecer os hábitos de leitura e de compra de livros em Portugal Continental, junto de uma amostra de 2000 indivíduos seleccionados aleatoriamente, com idades compreendidas entre os 15 e os 65 anos, os resultados, obtidos por intermédio de entrevistas pessoais e directas, indiciam a urgência em colmatar determinadas lacunas no que diz respeito ao incentivo do gosto pela leitura.

Salienta-se ainda o facto de que apenas 44% dos entrevistados lêem livros e, obviamente, 56% – a maioria – não lê, perfazendo uma média de cerca de 4 livros lidos por ano⁹. Relativamente aos primeiros, àqueles que lêem, a média de livros lidos anualmente é de 9.3, sendo 84% livros não escolares ou técnicos, 19% livros técnicos e 23% livros escolares. De entre a população que costuma ler livros, 86% fá-lo por prazer, 24% por dever escolar e 12% por exigências quer do foro profissional quer de índole escolar e os remanescentes 14.7% lêem por imperativos profissionais.

Quanto ao tempo médio semanal dedicado à leitura, este situa-se em 5 horas (embora 51% dos entrevistados admitam que lêem 3 ou menos horas). Finalmente, resta referir que 60% dos entrevistados confessam não comprar qualquer livro durante o ano e os que o fazem, compram em média 8 livros.

Em função do exposto, reitera-se a convicção de que há ainda um longo caminho a percorrer por forma a erradicar o analfabetismo da leitura e aproximar o sujeito do objecto a ler, seja ele escrito em papel ou digitado num qualquer ecrã.

IV. Livros e leitores – que futuro?

De entre as actividades propostas no “Salon du Livre 2000 Paris” destaca-se a apresentação do livro electrónico (*e-book*)¹⁰. Este é dotado de uma grande capacidade de memória e passível de ser carregado digitalmente, via *Internet*, com textos da mais diversa índole (livros, jornais, revistas, etc.), transformando este objecto de pequeno porte numa autêntica biblioteca itinerante, permitindo ser lido em qualquer local. Para além destas capacidades, o utilizador do livro electrónico tem ainda a vantagem de poder aceder à consulta de dicionários, escrever apontamentos na margem do texto e de sublinhar a informação que lhe aprouver¹¹. Manguel ((1996)1998:137) refere que “De todos os

⁸ Mais pormenores do estudo em questão poderão ser consultados no seguinte endereço: <http://www.apel.pt/livro/habitos1999/habitos.htm>

⁹ Estas percentagens coincidem *grossa modo* com o índice de compra de livros: 41% dos entrevistados costumam comprar livros e 59% não o fazem.

¹⁰ Não cabe no espaço reservado a esta reflexão abordar questões de carácter profético relativas ao desaparecimento do livro impresso, à leitura em ambiente hipertextual, à situação periclitante com que se deparam editores e livreiros..., porém, pressente-se, obviamente, a urgência de um estudo aprofundado sobre estas temáticas.

¹¹ Parece-me legítima a associação do espanto que o *e-book* possa provocar no leitor dos finais do século XX e o entusiasmo de Marcial, poeta do século I, perante “(...) os poderes mágicos de um objecto [o códice ou maço de folhas encadernadas] suficientemente pequeno para caber na palma da mão, e, ao mesmo tempo, portador de uma infinidade de maravilhas (...)” (Manguel, *Op. cit.*: 137). Com efeito, “(...) em 400 d. C., o rolo clássico já tinha sido praticamente abandonado e a maioria dos livros produzidos eram folhas unidas num tamanho rectangular” (p. 137), substituindo, assim, as placas de argila e o papiro.

formatos que os livros foram adquirindo ao longo dos tempos, os mais populares têm sido sempre aqueles que permitem ao leitor empunhá-los.” Quer aceitemos ou não, o livro electrónico tem esta qualidade, entre as já enunciadas.

Prevê-se que tanto a leitura como os leitores contemporâneos venham a sentir que os seus papéis estão a sofrer mutações inevitáveis num futuro muito próximo. Consequentemente, as relações de intimidade física¹² que, por tradição, se estabelecem entre o livro e o leitor poderão vir a ser modificadas.

Numa era em que o suporte digital revela uma relação cada vez mais osmótica com o quotidiano será, na minha óptica, irrelevante preferir a edição do livro electrónico à tradicional edição impressa do livro. O que importará, com certeza, referir é a necessidade de continuar a estimular a leitura, independentemente do suporte que elegemos para o fazer, pois persiste uma questão de fundo: “como sensibilizar para leitura, seja ela recreativa, de informação, de formação ou de autopromoção?”. Na minha perspectiva, a alegada clivagem entre o livro e o leitor poderá ser combatida se houver boa vontade e consenso por parte das estruturas sociopolíticas que compõem a sociedade portuguesa. Quer isto dizer, que terá de haver um esforço mútuo, no sentido de proporcionar a eclosão de infraestruturas onde possa firmemente radicar uma filosofia da leitura voluntária. Com efeito, o que, à partida, poderá afigurar-se como impossível é apenas difícil de resolver a curto prazo.

A alfabetização do leitor (do livro impresso ou do livro digital) passa pela implementação de uma política que se norteie pela criação de condições económicas e logísticas, pela descentralização, pela multiplicação e respectiva dinamização de espaços físicos aprazíveis que acolham livros e leitores – refiro-me, a título de exemplo, às bibliotecas; os pólos de leitura nas pequenas freguesias do país; a criação de bibliotecas estivais junto de praias (marítimas e fluviais), piscinas, parques de recreio e noutros lugares de grande afluência; estender os “Cantinhos de Leitura” a todos os Jardins de Infância e dar prosseguimento aos hábitos de leitura noutros níveis de ensino. Visto falar-se no ensino, é também fundamental referir que os próprios educadores deverão ter acesso a uma formação especializada, pois dela dependerá, em boa parte, a sua capacidade de saber criar um ambiente propiciador da leitura. Ao referir o papel da formação dos formadores, inclui-se, também, a preparação relativa ao manuseamento informático (*i.e.*, das novas tecnologias da informação e da comunicação). A formação que se considera imperativa tem uma dupla função: por um lado, ajuda a actualização dos formadores em Portugal, reduzindo, por conseguinte, os fantasmas que envolvem a utilização do equipamento informático; por outro lado, rentabiliza-se positivamente a adesão, cada vez maior, dos pequenos leitores aos suportes digitais.

Na minha opinião, a sensibilização para a leitura depende igualmente da mediatização do papel do livro e do leitor. Na verdade, os meios de comunicação social

¹² A relação física a que me reporto é partilhada por Manguel ((1996) 1998: 249) ao descrevê-la da seguinte maneira: “(...) os olhos vêem as palavras na página; os ouvidos ecoam os sons lidos; o nariz inala o odor familiar do papel, cola, tinta, cartão ou couro; as mãos acariciam a página suave ou rugosa, a encadernação macia ou dura; até, por vezes, o paladar, quando o leitor leva os dedos à boca (...)”.

A obra mais recente de Stephen King (2000) – *The Plant* – anuncia precisamente a perda deste contacto físico através dos sentidos, conforme foi atrás descrito, dado que a obra foi concebida para ser divulgada exclusivamente em suporte electrónico, oferecendo a possibilidade de o leitor aceder aos dois primeiros capítulos gratuitamente. A obra encontra-se disponível na *Web*: www.StephenKing.com.

estão subaproveitados, na medida em que dedicam pouco tempo à promoção do gosto pela leitura ou a eventos com ela relacionados. A aproximação entre livros e leitores deverá prever um espaço no qual sejam fomentados o debate, a troca de experiências de leitura, o encontro entre leitor e autor, os seminários, as conferências, as visitas de estudo, os cursos livres de leitura,... enfim, uma diversidade de actividades que permitam ao cidadão uma autoconstrução socioprofissional e pessoal mais gratificante.

Bibliografia

- ▶ BRADBURY, Ray. 1953. *Farhenheit 451*. New York: Random House.
- ▶ BENAVENTE, A. (coord.), Rosa, A., Costa, A. F. e Ávila, P. 1996. *A literacia em Portugal. Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Conselho Nacional de Educação.
- ▶ CASTRO-CALDAS, Alexandre, REIS, Alexandra. 2000. "Neuropsicologia do analfabetismo", in *Literacia e Sociedade: Contribuições pluridisciplinares*. Raquel-Delgado Martins et al. (org.). Lisboa: Editorial Caminho.
- ▶ CASTRO, Maria de São Luís. 2000. "A linguagem escrita e o seu uso: uma perspectiva cognitiva", in *Literacia e Sociedade: Contribuições pluridisciplinares*. Raquel-Delgado Martins (org.) et al.. Lisboa: Editorial Caminho.
- ▶ FURTADO, José Afonso. 2000. *Os Livros e as Leituras: Novas Ecologias da Informação*. Lisboa: Livros e Leituras, Lda.
- ▶ MANGUEL, Alberto. (1996) 1998. *Uma História da Leitura*. (Trad. Saldanha, Ana). Lisboa: Editorial Presença.
- ▶ ORWELL, George. (1949) 1989. *Nineteen Eighty-Four*. London: Penguin Books Limited.

Outras fontes

<http://www.apel.pt/livro/habitos1999/habitos.htm>

www.StephenKing.com